



RELATÓRIO ESPECIAL

VII Cúpula das Américas, cenário privilegiado das relações interamericanas

Madrid, março 2015

d+i LLORENTE & CUENCA



1. INTRODUÇÃO
2. AS CÚPULAS DESDE 1994: OBJETIVOS E CONQUISTAS
3. AS MUDANÇAS EXPERIMENTADAS NA AMÉRICA LATINA DURANTE OS 20 ANOS DE CÚPULAS: A CONFIGURAÇÃO DE ESPAÇOS PRÓPRIOS E AUTÔNOMOS
4. AS RELAÇÕES HEMISFÉRICAS, ATRAVÉS DA OEA, DEPOIS DE 20 ANOS DE CÚPULAS DAS AMÉRICAS
5. CONCLUSÕES

LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO

A VII Cúpula das Américas que acontecerá nos dias 10 e 11 de abril, no Panamá, da mesma forma que as precedentes, é o fórum mais importante de todo o espaço americano, já que por meio de sua realização periódica, se reúnem todos os Chefes de Estado da América Latina e do Caribe, com exceção de Cuba, Canadá e Estados Unidos.

A realização em particular desta cúpula possui diferentes significados que lhe outorgam uma singularidade especial. Por um lado, se completam 20 anos desde a realização da I Cúpula das Américas, em Miami, em 1994. Por outro, a participação de Cuba representa um marco histórico, já que estava excluída das relações interamericanas desde 1962, por ser comunista. A análise de ambos os aspectos evidencia as grandes transformações que aconteceram nas relações entre América Latina e Estados Unidos.

Muito possivelmente, estes temas de grande interesse midiático impedirão que se preste atenção em outras questões que estão mais relacionadas com temas de fundo do que com conjunturas políticas, por mais importantes que estas sejam. Talvez por isso se tenha prestado pouca atenção ao documento sobre o qual a VII Cúpula do Panamá se desenvolverá, "Prosperidade com Igualdade: O Desafio da Cooperação nas Américas"¹, no qual é possível comprovar a falta de conexão entre os objetivos apresentados e a atual realidade regional imersa em uma mudança de ciclo, que no entanto não é mencionado no documento e que representaria o início de tempos difíceis. Muito ao contrário, o próprio título do documento continua falando de prosperidade quando, infelizmente, esta já não é a situação que melhor define a região, no início deste novo ciclo.

Longe de ser uma questão anedótica, não deixa de ter sua importância, já que o objetivo destas cúpulas é formular uma agenda regional, onde se pretende orientar os governos na forma de abordar os problemas da realidade, a fim de conseguir a consolidação democrática e o desenvolvimento sustentável da região. No entanto, o documento, que propõe as bases da discussão para construir tal agenda, não apresenta ditos problemas, mas expressa uma realidade praticamente oposta, proporciona argumentos àqueles que questionam a eficácia destas cúpulas e a necessidade de introduzir mudanças que resolvam inércias próprias de grandes organizações. Neste caso, a Organização de Estados Americanos (OEA)² é o

1 http://svc.summit-americas.org/?q=es/vii_summit_cs_1 e www.summit-americas.org/SIRG/2015/012215/mandates_es.doc.

2 A OEA é um organismo hemisférico criado em 1948, cuja missão é contribuir para a consolidação democrática e o desenvolvimento do bem-estar como meio fundamental para resolver possíveis conflitos <http://www.oas.org/es/default.asp>.

“A recente aproximação diplomática entre Estados Unidos e Cuba foi decisiva para que, ao menos por enquanto, Raúl Castro, Presidente de Cuba, tenha confirmado sua presença”

organismo que respalda as Cúpulas das Américas e que é objeto destas críticas. No entanto, nem por isso há que se negar a importância das Cúpulas das Américas como o principal fórum de encontro dos Presidentes de todas as repúblicas do Hemisfério Ocidental³ e, portanto, o principal palco das relações inter-americanas. Na realidade, a OEA contempla um espaço amplo de relações interamericanas, do qual a região não pode prescindir.

Há outro tipo de críticas que, de outros pontos de vista, questionam tanto a validade destas reuniões como a eficácia da OEA. No fundo destas observações se encontra a permanente discussão sobre as relações hemisféricas e a influência que historicamente os Estados Unidos exerceram sobre este organismo. Apesar das inúmeras críticas e questionamentos sobre a continuidade da OEA, nenhum país renunciou a estar presente nas Cúpulas, tampouco a ser membro da OEA, nem os mais críticos. Quanto à influência norte-americana, há anos este seria um argumento sem nenhum tipo de fundamentação.

No que diz respeito às relações inter-americanas, é ineludível tratar o tema de Cuba e Estados Unidos. Embora sua participação tanto na OEA, como nas Cúpulas já tivesse sido apoiada pelos países latino-americanos há algum tempo, a recente aproximação diplomática entre Estados Unidos e Cuba foi decisiva para que, ao menos por enquanto, Raúl Castro, Presidente de Cuba, tenha confirmado sua

presença. Os Estados Unidos têm um papel complicado nesta Cúpula, precisa reafirmar sua vontade de aproximação com Cuba para se reconciliar não só com o governo castrista, mas também com o resto da região e evitar assim o isolamento ao qual estava sendo submetido. Pela primeira vez, todos os governos latino-americanos tiveram uma posição comum de maneira sustentada, já que até então não havia sido possível a configuração de uma posição latino-americana, pois tinha dominado mais a divisão do que o consenso. No entanto, diante da questão cubana, em boa parte graças à liderança exercida pelo Brasil, todos os governos, apesar de não com o mesmo fervor e entusiasmo, apoiaram, sem fissuras, nem divisões, o fim do isolamento de Cuba perante os Estados Unidos.

A análise de ambos os temas exige analisar a evolução das relações inter-latino-americanas e as da região latino-americana com os Estados Unidos. Certamente, se é sempre difícil falar da América Latina como um conjunto uniforme, mais particularmente o é nas relações com os Estados Unidos, já que cada república latino-americana teve uma particular relação com a potência do Norte. No entanto, feita esta ressalva, o certo é que é possível comprovar a transformação de relações que, desde 1994, se caracterizaram por um progressivo afastamento entre Estados Unidos e a região e uma intensificação das relações entre as próprias repúblicas latino-americanas, manifestada na

3 Na OEA, se entende por Hemisfério Ocidental o continente americano.

“Com esta Cúpula, de maneira simbólica, se abre uma nova etapa onde se reativem possíveis formas de cooperação entre Estados Unidos e América Latina”

realização de novos projetos de integração e cooperação sem a presença dos Estados Unidos, nem de outra potência extrarregional. Um fator que, em última instância, também modificou, por sua vez, os termos da relação entre Estados Unidos e a região latino-americana.

A análise da evolução destas relações interamericanas permite fazer diferentes reflexões, apesar de a principal ser considerar a possibilidade de que, com esta Cúpula, de maneira simbólica, se abra uma nova etapa onde se reativem possíveis formas de cooperação entre Estados Unidos e América Latina. Ambos podem ter interesse nisso. Os Estados Unidos porque perderam espaços de relação comercial com a América Latina nos últimos anos, e além disso por haver novos parceiros comerciais, como a China. Quanto à América Latina, em um momento de possíveis complicações econômicas e de recuperação econômica dos Estados Unidos, estas relações também podem ser de grande interesse. Neste sentido, tudo aponta para a possibilidade de intensificar e, segundo os casos, recuperar uma relação que, no entanto, não pode ser igual à de antes. Sem dúvida, o desafio é para ambos os atores.

2. AS CÚPULAS DESDE 1994: OBJETIVOS E CONQUISTAS

A queda do muro de Berlim estabelece um marco que determina a necessária reordenação das relações interamericanas. Durante

toda a Guerra Fria, a hegemonia e influência norte-americana em toda a região marca estas relações. Contudo, a partir de 1989, a aceitação de um necessário multilateralismo, junto com a ambição de liderá-lo, é a principal motivação que impulsiona Bill Clinton a propor a Cúpula de Miami. Entretanto, a partir de então, o interesse pela América Latina e, além disso, pela liderança hemisférica, por parte dos Estados Unidos, começa a perder intensidade. Não por acaso, conforme este afastamento, começam a desenvolver iniciativas latino-americanas, que vão afirmar uma particular vontade de autonomia. Este proceso modificou forçosamente as relações com os Estados Unidos, como se põe em evidência, depois de 20 anos, na próxima Cúpula do Panamá.

Objetivos das Cúpulas: nem sempre são conquistados

A iniciativa das Cúpulas parte dos Estados Unidos. A ideia é dar resposta à existência de uma nova realidade internacional, e sem dúvida, regional. Quando em 1994, em Miami, de acordo com a proposta do Presidente Bill Clinton, se reúnem os governos da região, todos eles possuem regimes democráticos e suas economias são reguladas mediante o livre mercado. Sob este ponto de partida comum, se desejou, por meio das Cúpulas, desenvolver uma cooperação política e integração econômica sem precedentes no Hemisfério, do Canadá até Argentina e Chile. Os Chefes de Estado e de Governo das Américas decidiram então

“O objetivo das Cúpulas é discutir os temas que afetam de maneira particular a região”

se reunir periodicamente com o objetivo de definir os preceitos fundamentais da nova agenda hemisférica. A decisão de institucionalizar as reuniões resultou no conceito do "Processo de Cúpulas", onde se acumulam experiências, se cria uma linguagem comum e se programam mandatos para a ação coletiva, sistematizando as novas referências teóricas e práticas nas relações hemisféricas⁴. Mas, muitas vezes, os grandes organismos acabam se movendo mediante inércias que os distanciam cada vez mais da realidade e de suas mudanças, afastando-se assim de seus próprios objetivos.

Seguindo o discurso da Secretaria de Cúpulas, o objetivo das Cúpulas é discutir os temas que afetam de maneira particular a região, sejam políticos, econômicos ou sociais. Para isso, tem sido considerada imprescindível a configuração de espaços de participação da sociedade civil, sob a tutela das Cúpulas, com o fim de debater os problemas que afetam diretamente os cidadãos. Desta maneira, na fase preparatória para esta Cúpula, como nas anteriores, são realizados diversos fóruns de nível hemisférico, nos quais os diferentes atores sociais expressam problemas, objetivos e preocupação⁵.

O resultado de cada cúpula é expressado por meio de uma série de mandatos que definem as di-

retrizes para a ação coletiva na região, cuja implementação será supervisionada por um sistema de monitoramento que foi institucionalizado e é dirigido pela OEA, através de sua Secretaria de Cúpulas⁶. O apoio da OEA é tanto prévio como posterior às cúpulas. Uma vez finalizadas, são estabelecidos mecanismos de acompanhamento em relação à execução dos compromissos assumidos nas cúpulas e são oferecidos aos Estados-membros uma variedade de ferramentas adequadas para potencializar, apoiar e fortalecer a agenda interamericana e sua aplicação.

No entanto, além dos programas concretos que possam ser colocados em andamento como resultado de cada cúpula, parece mais decisivo que, por meio delas e da ação contínua da OEA, a agenda interamericana seja adotada pelos governos membros como critério imprescindível para elaborar suas políticas, em seus respectivos países. Um desejo que se torna difícil de conseguir, já que as políticas governamentais são determinadas por multidão de fatores e interesses que inclusive podem chegar a se contradizer com tal agenda. No entanto, acima destes problemas e de acordo com a relevância outorgada à agenda, convém examinar se esta se encaixa com os problemas autênticos da realidade. No caso desta Cúpula, não parece que seja assim. O que em boa parte

4 O processo de Cúpulas das Américas, <http://www.resdal.org/experiencias/cumbre-historia.pdf>.

5 http://www.summit-americas.org/cs_sp.html.

6 <http://www.summit-americas.org/defaults.htm>.

“A saúde, a educação, a pobreza, a desigualdade, a emigração e o meio ambiente estão permanentemente presentes, sem exceção, em todas as cúpulas convocadas”

permitiria questionar sua eficácia, já que as prerrogativas adotadas para serem discutidas não corresponderiam aos problemas e desafios de grande importância que a região tem diante de si.

As Cúpulas e a agenda interamericana

Depois da Cúpula de Miami, vieram as de Santiago do Chile (1998), Québec (2001), Mar del Plata (2005) e Port of Spain (2009)⁷. Desde a I Cúpula há temas que se repetiram de maneira permanente, e caberia dizer insistente. A participação, além da OEA, de outras organizações hemisféricas que prestam apoio técnico às cúpulas⁸ provavelmente influi na reiteração destas questões, já que constituem suas principais preocupações. A saúde, a educação, a pobreza, a desigualdade, a emigração e o meio ambiente estão permanentemente presentes, sem exceção, em todas as cúpulas convocadas. No entanto, o motivo fundamental que justifica a presença destes temas se deve à persistência dos mesmos, apesar de uma década de expansão inédita na região (2003-2013). Não podem ser negadas as conquistas alcançadas, favorecidas pelo preço das matérias-primas no mercado internacional, assim como pelo desenvolvimento de políticas sociais realizadas por boa parte dos governos para com a população mais desfavorecida. A diminuição da pobreza e a desigualdade, a

importância da classe média e as conquistas sociais obtidas foram muito importantes, mas a igualdade continua sendo um desafio.

De fato, este é o argumento fundamental ao qual recorre o documento da Cúpula do Panamá "Prosperidade com Igualdade: O desafio da cooperação nas Américas". No entanto, neste momento, quando está confirmada há um ano, inclusive mais, uma mudança de ciclo econômico, não deixa de preocupar que o documento continue apresentando como crescer em um contexto de prosperidade, e não de crise. Com efeito, não deixa de ser oportuno voltar a debater os temas de sempre: a educação, a saúde, a energia, o meio ambiente, os fluxos migratórios e a segurança, como concretamente ocorrerá neste encontro, mas estes não podem ser tratados como na "década dourada" da América Latina ou no momento de transição que já se começou a viver.

Neste momento é preciso configurar uma agenda baseada em responder a esta mudança de ciclo implementando urgentemente uma agenda de reformas voltadas a recuperar o crescimento econômico, garantir a sustentabilidade das conquistas sociais, garantir a segurança popular e melhorar a qualidade da democracia. O momento atual é de transição, e frente a um crescimento sustentável, já começou uma brusca desaceleração eco-

7 A essas Cúpulas, teriam que ser somadas outras extraordinárias em Santa Cruz, sobre "Desenvolvimento Sustentável", em 1997, e em Monterrey, em 2004.

8 http://www.summit-americas.org/jswg/inst_sp.html

**“Os objetivos da VII
Cúpula não respondem
à realidade”**

nômica, que não parece que vai ser temporária, mas, segundo a OCDE, permanecerá por uma longa temporada. Sem dúvida, nem todos os países se verão igualmente afetados, se viverá com mais intensidade na América do Sul, como em Venezuela, Argentina e Brasil. O FMI corrigiu recentemente em baixa a projeção do crescimento média para a América Latina durante 2015, situando-a em apenas 1,3%⁹.

Neste contexto, não se pode deixar de ressaltar que os objetivos da VII Cúpula não respondem à realidade, nem a suas necessidades. Não apresenta a necessidade de realizar profundas reformas estruturais que, diante do novo ciclo, mudem o modelo produtivo, melhorem a produtividade e a competitividade, a educação e a inovação, a infraestrutura e também a qualidade de suas instituições, para poder conseguir um crescimento econômico inclusivo, equitativo e sustentável¹⁰. Estas medidas são urgentes. De fato, chegariam com atraso, já que deveriam ter sido abordadas nos momentos de bonança, para que fossem mais simples de realizar. Ao que caberia acrescentar a realização de imprescindíveis reformas tributárias, que seguem pendentes na maioria da região.

Nesta conjuntura, a recuperação econômica dos Estados Unidos poderia ser uma boa oportuni-

de para favorecer a troca comercial e a cooperação. No entanto, se este for o caso e se fossem abertas vias de cooperação entre Estados Unidos e América Latina, os termos deveriam ser diferentes dos do passado. A região se transformou, e necessariamente estas mudanças afetam as relações interamericanas.

3. AS MUDANÇAS EXPERIMENTADAS NA AMÉRICA LATINA DURANTE OS 20 ANOS DE CÚPULAS: A CONFIGURAÇÃO DE ESPAÇOS PRÓPRIOS E AUTÔNOMOS

Esta Cúpula é um palco privilegiado para se poder observar as mudanças experimentadas nas relações entre os países latino-americanos e as destes com os Estados Unidos. Certamente, como já foi advertido, até o momento, não se podia falar das relações entre Estados Unidos e América Latina, já que a região latino-americana não era capaz de se manifestar com uma só voz.

Esta cúpula, no entanto, se apresenta coesa em torno da vontade de acabar com o isolamento de Cuba frente aos Estados Unidos. Esta posição comum só foi possível após vinte anos de mudanças na região, onde a inter-relação e as iniciativas adotadas de integração e cooperação da região

9 Daniel Zovatto, “Uma agenda para os novos tempos da América”, <http://www.infolatam.com/2015/02/17/una-agenda-para-los-nuevos-tiempos-de-america-latina/>.

10 Estas recomendações e seu desenvolvimento se encontram em “A declaração final do III Fórum de Diálogo de Santo Domingo”, realizado em janeiro de 2015. <http://www.infolatam.com/2015/01/31/declaracion-final-del-iii-foro-de-santo-domingo/>.

“De poder adotar posicionamentos comuns a capacidade de negociação e de pressão da América Latina aumentaria exponencialmente”

foram forjando essa possibilidade. Faz-se difícil pensar neste posicionamento comum em respeito a Cuba sem tais iniciativas. Por este motivo, cabe esperar que este não seja um fato isolado, pois de poder adotar posicionamentos comuns a capacidade de negociação e de pressão da América Latina aumentaria exponencialmente. Definitivamente, este primeiro passo é produto da busca de um espaço próprio e de autonomia.

A retirada dos Estados Unidos e as iniciativas de integração latino-americanas na década de 90

Boa parte do projeto de autonomia defendido na atualidade na América Latina só é possível de ser entendido na medida em que na agenda internacional americana a região passou a ocupar um papel cada vez mais secundário. Apesar das relações de dependência latino-americana não terem sua origem na Guerra Fria, nos anos 60 e 70, esta forma de relação com os Estados Unidos se tornou determinante para os desígnios nacionais de cada país latino-americano. Neste período, as relações hemisféricas¹¹, desenhadas sobre um mapa, somente assinalariam setas entre Washington e cada um dos países latino-americanos, mas não entre estes. Só com o final deste período começaram a se desenvolver as

relações inter-latino-americanas e, ao longo da década de 90, se configura um emaranhado de relações dentro da região, assim como entre esta e outras regiões e países do mundo como os da Europa e do Pacífico através do Fórum de Cooperação Ásia-Pacífico (Apec).

Com efeito, o desaparecimento do comunismo significou que os Estados Unidos passaram a assumir outras prioridades em política internacional. A partir deste momento, ocorreu um "fenômeno silencioso"¹² de desvinculação nas relações entre a potência americana e a América Latina. Apesar de esta afirmação geral caber, seria preciso distinguir entre México, América Central e Caribe, por um lado, e América do Sul, por outro, já que neste último caso a tendência para o distanciamento é mais evidente.

Isto não significa que o grande vizinho do norte não continuasse a ser o principal parceiro comercial para a região, mas também não que fosse o único. Neste período, observa-se um processo de diversificação que favorece uma abertura para o comércio internacional, assim como o desenvolvimento de relações intrarregionais. Para isso, cada subregião e inclusive cada país se decidiu por diferentes opções estratégicas que determinaram a abertura de vários projetos de integração sub-regional com objetivos diferen-

¹¹ Entende-se por âmbito hemisférico o conjunto integrado por América do Norte, México, América Central, Caribe e América do Sul.

¹² Heraldo Muñoz, "Adeus aos EUA?", em J. S. Tulchin e R. H. Espach, América Latina no novo sistema internacional, Edicions Bellaterra, Barcelona, 2004, pp. 113-137.

“no momento em que a região deveria ter atuado como um ator único, para ter mais capacidade de negociação, em relação aos Estados Unidos, houve um fracasso”

tes. Ao contrário de determinados países que optaram por manter uma situação de independência em relação a seus vizinhos latino-americanos, como é o caso do Chile ou México¹³, houve outros que se associaram entre si para formar organizações sub-regionais. No final dos anos 90, foram relançadas organizações como o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA)¹⁴, a Comunidade do Caribe (CARICOM)¹⁵ e a Comunidade Andina de Nações (CAN)¹⁶ ou o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)¹⁷, criado em 1991. A todos estes projetos seria preciso acrescentar a realização com regularidade de encontros de presidentes latino-americanos, como o Grupo do Rio¹⁸ ou as cúpulas ibero-americanas¹⁹. Até então, as cúpulas presidenciais realizadas eram somente convocadas e dirigidas pelos Estados Unidos.

Longe de abandonar as relações com a América do Norte, este era um momento propício para

continuá-las. No entanto, no momento em que a região deveria ter atuado como um ator único, para ter mais capacidade de negociação, em relação aos Estados Unidos, houve um fracasso. Em 1994, diante da iniciativa de Clinton, na Cúpula das Américas, de concretizar um acordo de livre-comércio das Américas (Alca), de alcance hemisférico, se evidenciou a divisão regional. Cada país, ou, segundo os casos, sub-região, mostrou uma opinião tão diferente e plural como suas próprias possibilidades de prescindir ou não de um acordo com os Estados Unidos, embora nem todas as condições fossem vantajosas. Estas diferenças se aprofundaram quando a América Central e os países andinos aceitaram a oferta de negociar tratados bilaterais com os Estados Unidos. Diante da impossibilidade de assinar uma Alca, os Estados Unidos adotaram como estratégia alternativa a assinatura bilateral de tratados de livre-comércio com países ou

13 No primeiro caso, encontram-se Chile e México, apesar de estes terem optado por diferentes estratégias. O Chile optou, desde os anos 70, por empreender programas unilaterais de liberalização comercial, fortalecendo vínculos comerciais e financeiros com os principais vínculos de poder, para isso firmou acordos comerciais preferenciais com Estados Unidos, Japão e Europa. Diante desta diversificação, o México, por outro lado, concentrou sua atividade comercial fundamentalmente com os Estados Unidos, através da assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), em vigor desde 1994, do qual também faz parte o Canadá.

14 Posteriormente ao MCCA, foi criado o Sistema de Integração Centro-americana, <http://www.sica.int/>.

15 <http://www.caricom.org/>.

16 <http://www.comunidadandina.org/>.

17 <http://www.mercosur.int/msweb/>.

18 O Grupo do Rio foi criado em 18 de dezembro de 1986 pela Declaração do Rio de Janeiro, assinada por Argentina, Brasil, Colômbia, México, Panamá, Peru, Uruguai e Venezuela. É realizado anualmente em alguma cidade pré-definida da América Latina na qual se reúnem os Chefes de Estado e de Governo, e os Ministros de Relações Exteriores dos países integrantes.

19 <http://www.segib.org/>.

**“A divisão regional
foi a dinâmica
habitual”**

com sub-regiões latino-americanas, a fim de conseguir, mediante a soma de todos os TLCs, o objetivo inicial de criar uma área de livre-comércio hemisférico. Depois do fracasso das negociações com Bolívia e Equador, em 2006, no marco do chamado TLC com os países andinos, a assinatura destes tratados com Colômbia e Peru terminou por produzir uma grande crise na CAN. O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, alegou este motivo para solicitar a saída de seu país desta organização, assim como para solicitar sua entrada no MERCOSUL. Na realidade, este desenlace não podia gerar surpresas. A divisão regional foi a dinâmica habitual.

De uma autonomia passiva, pelo “abandono” dos Estados Unidos, à vontade explícita da América Latina de ser um ator internacional sob novas pautas de integração

No entanto, diante desta histórica divisão, a retirada americana e as iniciativas latino-americanas, destinadas à criação de um espaço autônomo e próprio, favoreceram um posicionamento diferente e potencializou as possibilidades de que a América Latina possa começar a se comportar como um ator internacional.

No entanto, este processo não foi simples. Boa parte dos países latino-americanos parecia resistir ao abandono americano, reduzindo suas iniciativas à espera de tempos melhores, entendidos como a volta dos Estados Unidos. Naquele momento, a impressão era de que, se a região tinha autonomia,

esta existia porque os Estados Unidos tinham outras prioridades, mas não havia projetos ou iniciativas mediante os quais a América Latina manifestasse sua vontade ou aspiração explícita de se transformar em um ator com mais peso internacional capaz de estabelecer um novo tipo de relação com os Estados Unidos ou com outras potências internacionais. Esta margem de autonomia aumentou a partir do 11/9 de 2001, quando a luta contra o terrorismo internacional levou toda a atenção de G. W. Bush para o Iraque e à luta contra o terrorismo. Foi então que este distanciamento se transformou praticamente em uma invisibilidade da região para a administração americana. No entanto, este aumento de autonomia também não estimulou novas propostas orientadas a construir uma unidade regional que potencializasse o papel da região como ator internacional.

A mudança de atitude procede, sem dúvida, da decisão do Brasil de liderar um projeto pelo qual a região se transformasse em um ator internacional, por meio da coesão interna e da autonomia. Neste sentido, não deve ser esquecido que as aspirações de liderança de Hugo Chávez, Presidente da Venezuela de 1999-2013, não deixaram de ser também um impulso para a realização destas mudanças. Diante da rivalidade de Chávez com o Presidente Lula pela liderança regional, é possível que o Brasil tenha terminado por adotar decisões que talvez sem a ameaça desta concorrência não teria tomado, ou não pelo menos no período de tempo em que aconteceram.

**“Estes países se
reuniam só quando
os Estados Unidos
permitiam”**

As declarações dadas pelo Presidente do Brasil na Costa de Sauípe em meados de dezembro de 2008 poderiam simbolizar uma mudança em relação à atitude assinalada: "durante quase um século, quase todos os países apostavam para saber quem era mais amigo de quem governava os Estados Unidos. Todo mundo achava que o máximo da importância política era ser convidado pelos EUA". A isso, acrescentou: "acho que muitas vezes o comportamento super serviçal na política é o que faz com que as pessoas não sejam devidamente tratadas e devidamente respeitadas"²⁰. Frente a essa atitude, Lula afirmou com decisão a atual vontade latino-americana de "ser protagonista, e não mera espectadora nas arenas nas quais se decidem as perspectivas de bem-estar e prosperidade para nossos povos", apesar de ser imprescindível que a região assumisse uma "vocaçao latino-americana e caribenha". Estas declarações foram dadas no balneário de Costa do Sauípe na I Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC). Além deste evento, foram realizados, no mesmo local, em 48 horas, mais três cúpulas que reuniram os países-membros do Mercosul, do Grupo do Rio e da União de Nações Sul-americanas (Unasul). A questão da autonomia foi particularmente importante na CALC, onde pela primeira vez se reuniram todos os países latino-americanos, incluindo Cuba, sem a presença de Estados Unidos, Espanha ou da União Europeia. O objetivo era

criar uma organização de Estados latino-americanos para conseguir a atuação sincronizada da região no âmbito internacional. O resultado deste processo foi a criação da Comunidade de Estados Latino-americanos e do Caribe (CELAC), em 2010. Desde então, foram realizadas III Cúpulas.

Às declarações explícitas na Costa do Sauípe se somaram as mensagens implícitas. Isto explica que, além de uma visão prática, o motivo para concentrar estes fóruns latino-americanos e sul-americanos em um mesmo lugar e de maneira quase simultânea respondeu à intenção de ressaltar a existência de uma agenda regional própria. Com isso, pretendia-se marcar a diferença com o passado quando "estes países se reuniam só quando os Estados Unidos permitiam", enquanto "agora, por livre e espontânea vontade, falaram e disseram que é preciso criar organismos multilaterais próprios, para não ir a Haia solucionar seus problemas"²¹.

A liderança exercida pelo Brasil na região é um fator decisivo para dar impulso a este processo ao qual se deu particular ênfase na autonomia regional. As iniciativas como a Unasul ou as cúpulas do final de 2008 podem indicar a firme decisão brasileira de assumir, diante de anos de ambiguidade, a liderança regional. Para isso era imprescindível assegurar a autonomia da região em relação às grandes potências internacionais que, além de li-

²⁰ Estas declarações foram divulgadas por equívoco, já que foram dadas em uma sessão a portas fechadas. http://www.diariolibre.com/noticias_det.php?id=181843.

**“Ex-presidente
Fernando Henrique
Cardoso um cenário em
que a ‘América Latina
já não precisa de ajuda
dos EUA’”**

mitar tal autonomia, impediam ou dificultavam a liderança do Brasil. Também não deve ser esquecido que as aspirações de Hugo Chávez não deixaram de ser um impulso para a realização destas mudanças. Frente à rivalidade de Chávez com Lula pela liderança regional, é possível que o Brasil tenha acabado adotando decisões que, talvez sem a ameaça desta concorrência, não teria tomado, ou não pelo menos no período de tempo em que elas aconteceram.

Junto com as iniciativas dos últimos anos, seria preciso somar a Aliança do Pacífico²². Uma associação de países integrada por Colômbia, México, Peru e Chile à qual se pretende somar mais países - neste momento são candidatos Panamá e Costa Rica. Os interesses desta associação são mais comerciais, embora não sejam os únicos, e o último objetivo é conseguir a projeção ao mercado asiático. No entanto, não deixa de ser uma iniciativa latino-americana, com pretensões de projeção no exterior.

O impulso destes projetos e as manifestações de autonomia em

relação a terceiras potências se viram favorecidos, além disso, por uma conjuntura econômica do mercado internacional de produtos primários nos últimos anos, e a aplicação de políticas macroeconômicas responsáveis, voltadas ao controle das principais variáveis econômicas, favoreceu uma situação de crescimento econômico sustentado durante uma década que tornou possível para o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso um cenário em que a "América Latina já não precisa de ajuda dos EUA"²³.

4. AS RELAÇÕES HEMISFÉRICAS, ATRAVÉS DA OEA, DEPOIS DE 20 ANOS DE CÚPULAS DAS AMÉRICAS

Como já foi apresentado, as mudanças e as relações inter-latino-americanas incidem diretamente nas hemisféricas. A OEA, assim como as Cúpulas, é o melhor palco para contemplar as mudanças experimentadas nestas últimas. Neste organismo conviveram, desde 1948, Estados Unidos e América Latina, e como resultado da mesma, os Estados

21 http://www.infolatam.com/entrada/brasilcuba_lula_y_castro_estrechan_lazos-11693.html.

22 <http://alianzapacifico.net/>

23 Esta afirmación foi feita pelo ex-presidente F. Henrique Cardoso, http://www.elpais.com/articulo/internacional/Latinoamerica/necesita/ayuda/EE/UU/elpepuint/20090116elpepuint_4/Tes. Neste mesmo sentido se manifestou o ex-presidente chileno Ricardo Lagos quando, em alusão à relação da região com os Estados Unidos, levou em conta o crescimento latino-americano dos últimos anos: “Na América Latina a agenda internacional também será diferente. Hoje somos uma região cuja maioria de países tem renda média. Ou seja, países que por seu nível de desenvolvimento já não estão qualificados para receber ajuda estrangeira. Países que de uma ou outra forma têm um alto grau de inserção na economia internacional e esperam que a Rodada de Comércio e Desenvolvimento, ou de Doha, como é conhecida, dê regras justas para competir”, http://www.tribunademocratica.com/2009/01/dialogo_mejor_y_mas_parejo_con_obama.html.

**“Para a Alba, a CELAC
permite à América
Latina ‘se emancipar do
domínio imperialista’
que os Estados Unidos
exercem sobre a
região”**

Unidos foram acusados permanentemente da instrumentalização da OEA para impor decisões de maneira unilateral. Este mesmo argumento, até depois da queda do muro de Berlim, foi usado contra as Cúpulas das Américas, na medida em que estes fóruns chegaram a ser entendidos como uma extensão da OEA e, portanto, da influência americana. De qualquer forma, não parece possível, há anos, continuar considerando a OEA como um apêndice dos Estados Unidos, mas o certo é que esta acusação não deixou de mediatizar as relações hemisféricas.

Embora em 1994 tenha se limitado a estar presente na Cúpula de Miami, hoje em dia o papel da OEA na organização, realização e monitoramento das cúpulas adquiriu tal magnitude que chegou a criar um organismo, a Secretaria das Cúpulas, para realizar seu trabalho. O interesse da OEA em se envolver nas Cúpulas das Américas se deve a sua preocupação em manter uma única agenda interamericana, como assim foi possível²⁴. Embora os conteúdos da mesma possam ser discutíveis, como se viu.

O primeiro espaço afetado pelo desenvolvimento de iniciativas latino-americanas, sem dúvida,

foi a OEA, espaço, junto com as Cúpulas, onde as relações hemisféricas se expressam. A criação da Unasul e, muito particularmente, da CELAC, desperta muitas dúvidas, quando não questionamentos, sobre a utilidade que a OEA, e em consequência as Cúpulas, poderiam continuar a ter. A posição mais radical foi a dos países da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba), organização na qual se encontram alinhados governos com um posicionamento ideológico similar, baseado fundamentalmente, entre outros valores, em um acentuado nacionalismo e anti-imperialismo. Este grupo liderado, até sua morte, por Hugo Chávez, em 2013, combateu persistentemente a OEA e tentou boicotar as Cúpulas das Américas. Para a Alba, a CELAC permite à América Latina “se emancipar do domínio imperialista” que os Estados Unidos exercem sobre a região. Esta foi a abordagem que com persistência repetiram todos os países da Alba²⁵. No entanto, não é este o posicionamento do resto da região, cujos governos foram muito cuidadosos em evidenciar que não existe nenhuma incompatibilidade entre ambas as organizações, mas complementaridade. Pois sua natureza e a forma de organização também eram di-

24 Para o processo de envolvimento da OEA no processo de cúpulas, veja: <http://www.resdal.org/experiencias/cumbre-historia.pdf>.

25 Para o ex-Presidente Hugo Chávez, como para o atual Presidente venezuelano, Nicolás Maduro, a CELAC deveria substituir a OEA, já que este organismo, segundo, H. Chávez: “foi durante muitos anos o Ministério ianque de Colônias” que “aplaudiu e elogiou todas as invasões dos Estados Unidos” na região: “queremos deixar para trás esa página terrível das imposições do governo dos EUA e da OEA que condenaram” a América Latina e o Caribe “à miséria, ao atraso, à dependência e ao subdesenvolvimento”, <http://www.infolatam.com/2011/01/13/venezuela-la-ofensiva-final-de-hugo-chavez-contra-la-oea/>.

“A região mantém o interesse em nutrir sua relação com os Estados Unidos”

ferentes. Portanto, a CELAC não substituiria a OEA, como assim argumentaram, desde a criação da CLALC, os governos de México, Chile, Colômbia e os demais.

Inclusive o Brasil, o mais interessado em projetar a importância da CELAC, como forma de projetar sua liderança, se manifestou nesta a mesma linha. Embora no mandato de Dilma Rousseff tenham ocorrido momentos de tensão, no governo Lula foi alcançado um perfeito equilíbrio entre as demandas de autonomia e o interesse em manter e acrescentar suas relações com os Estados Unidos. Por este motivo, até o momento o Brasil foi muito cuidadoso em relação a suas declarações sobre os Estados Unidos. Um bom exemplo se encontra na declaração da Cúpula de Unasul na Costa do Saúipe. Onde se conseguiu que não houvesse nenhuma menção aos Estados Unidos na declaração final, apesar da pressão exercida por determinados membros da Unasul como Bolívia, Venezuela e inclusive a Argentina, que os responsabilizam por todos os problemas existentes na América Latina. Embora a Unasul e a CELAC respondam à intenção de criar organizações propriamente sul-americanas e latino-americanas e reforcem a legitimidade de uma voz própria por parte da América Latina, com exceção dos países da Alba, não foram utilizadas na região como um instrumento de confronto com a potência. A diplomacia brasileira repetiu insistentemente, com

grande pragmatismo, que a prioridade do latino-americano não é incompatível com a convivência harmônica com os Estados Unidos, nem com suas propostas de dimensão hemisférica.

Em outras palavras, a manifestação de autonomia na região não expressa uma vontade de ruptura, nem confronto, mas de modificação dos termos da relação interamericana. A região mantém o interesse em nutrir sua relação com os Estados Unidos, e o Brasil também. Isso explica que mesmo aliados tradicionais dos Estados Unidos, como o México ou a América Central e a Colômbia também não tenham ficado de fora do projeto da CELAC. O México inclusive adotou um papel protagonista na gestação da CELAC, já que quis sediar a reunião de criação da CELAC, em 2010.

Apesar de tudo, a CELAC não deixou de significar para a OEA um fator que incidia em uma crise existencial que se prolonga há anos, e que foi lhe tirando credibilidade. Naquele momento, era mais difícil encontrar alguém com algo bom a dizer sobre a organização (além de seu trabalho em direitos humanos). O governo Obama, apesar de seu suposto compromisso com o multilateralismo, também não tentava neutralizar este questionamento mediante um decidido apoio à OEA. De fato, para muitos observadores, os Estados Unidos tinham “ignorado amplamente, inclusive abandonado a OEA”²⁶.

26 Peter Hakim, “A CELAC terá sucesso onde outros similares falharam?”, 15/12/2011, <http://www.infolatam.com/secciones/especial-celac/>

“Os fortes nacionalismos latino-americanos e o peso defensor da soberania não só dificultaram a configuração de projetos de integração”

Com toda probabilidade, não parece que o desenvolvimento de organismos latino-americanos signifique o fim dos hemisféricos, mas sem dúvida tudo indica que pode contribuir para mudar o tipo de relação tradicional dos países latino-americanos com os Estados Unidos. Estes anos de autonomia e de relação interamericana são o fator que explica a possibilidade de ter sido alcançado um alinhamento comum sobre Cuba perante os Estados Unidos. Sem nenhuma exceção, mesmo dos aliados dos Estados Unidos, que apesar de continuarem a sê-lo, participaram ativamente nesta posição. Até o momento, isso só foi possível uma vez. Mas este primeiro passo mostra que também pode voltar a se configurar uma vontade conjunta, e com isso uma capacidade de negociação que, até o momento, a região jamais teria tido quanto aos Estados Unidos.

Todo este processo não foi nada fácil, já que a divisão se sobressaiu em relação à união. Os fortes nacionalismos latino-americanos e o peso defensor da soberania não só dificultaram a configuração de projetos de integração, tanto velhos como novos, como também as possibilidades de a região se transformar em um ator internacional com uma voz única e própria. Esta mesma limitação pode ser observada quanto aos Estados Unidos. A resistência a suas imposições unilaterais, quando acontece-

ram, não puderam resistir, não só pelo poder americano, mas pela falta de capacidade de negociação ante a impossibilidade de manter uma posição comum diante da grande potência.

A divisão regional como principal obstáculo para a neutralização da influência norte-americana

O peso e a influência dos Estados Unidos marcam toda a história da OEA. Durante a Guerra Fria, esta foi usada, por parte da grande potência, como mais um instrumento no combate ao comunismo. A integração dos países latino-americanos neste organismo foi um meio de manter a América Latina no bloco capitalista. Nesse contexto, o unilateralismo caracterizou o comportamento dos Estados Unidos, e a OEA se limitou a sancionar ou silenciar as imposições norte-americanas.

EO reconhecimento desta influência e instrumentalização da OEA, no entanto, não significa que os Estados Unidos tenham conseguido o controle absoluto da organização, já que nem sempre impuseram sua vontade. Inclusive em plena Guerra Fria, os países latino-americanos tiveram certa margem para não apoiar iniciativas norte-americanas e resistir a suas imposições²⁷.

A queda do muro de Berlim proporcionou a oportunidade à OEA de se transformar em uma instituição chave para o desenvolvi-

27 Sobre as relações América Latina-EUA no seio da OEA, veja Juan Gabriel Tokatlian, “A OEA: repensando sua crise”, em Nueva Sociedad, nº 72, Julio-Agosto (1984), pp. 9-13.

“As resistências possíveis à influência americana ocorreram de maneira particular”

mento do multilateralismo e a ação coletiva, a fim de promover e defender a democracia. No entanto, e apesar da evolução experimentada pelo organismo rumo à realização deste objetivo, este continuou carecendo de credibilidade em relação a muitos governos latino-americanos.

No entanto, o que foi dito até agora poderia fazer pensar que a resistência à imposição americana aconteceu mediante um posicionamento comum latino-americano. Na realidade, as resistências possíveis à influência americana ocorreram de maneira particular e, na maioria dos casos, não só estas iniciativas se depararam com os Estados Unidos, mas também com outros países latino-americanos.

A eleição do último secretário-geral é um exemplo ilustrativo que mostra a inexistência desta frente comum latino-americana frente aos Estados Unidos. A vitória de José M^a Insulza, em 2005, sobre os candidatos norte-americanos, poderia fazer pensar que o candidato da América Latina tinha ganhado, como assim foi apresentado contra os que os Estados Unidos apoiaram. No entanto, não é exata tal afirmação. Com efeito, o Secretário Insulza foi um candidato proposto por países latino-americanos, mas os candidatos norte-americanos também foram apoiados por outros países latino-americanos. Com isso, embora possa ser válida a latino-americanização da OEA, não poderia se aceitar que ocorresse pela existência de uma frente unida e sem fissuras.

A divisão na região latino-americana foi a norma historicamente.

Cuba convidada para a VII Cúpula. Um êxito da região latino-americana

Este é o valor agregado da VII Cúpula do Panamá, cujo Presidente, como sendo do país anfitrião, teve a oportunidade de convidar Raúl Castro para participar deste encontro. Convite que em boa parte foi possível pela pressão exercida, sem fissuras, pela região. Será a primeira vez que Cuba estará presente não só em uma Cúpula das Américas, na realidade em um fórum hemisférico desde 1962, quando foi expulsa da OEA. A aceitação deste convite por parte de Cuba, sem dúvida, se deve à vontade de seu governo, mas também à estratégia aplicada pela região. A atuação premeditada de integrar e envolver Cuba na CELAC e a revitalização das relações bilaterais, com a maioria dos governos da região, buscou comprometer Cuba a se mostrar receptiva a se aproximar da OEA, organismo ao qual Cuba criticou desde sua expulsão. Por outro lado, insistiu-se com persistência na OEA e na última Cúpula das Américas para a inclusão de Cuba, para por sua vez pressionar os Estados Unidos. Com isso, não só se pressionava este governo para que aceitasse esta aproximação, mas de novo, se pressionava mais Cuba para que não se negasse a participar de um fórum hemisférico quando existisse a possibilidade.

Em boa parte como resultado deste modus operandi, mudaram

“A participação de Cuba na OEA será o resultado de um processo de diálogo iniciado a solicitação do governo de Cuba”

muito as vontades e as intenções. A aproximação de Estados Unidos e Cuba, em dezembro de 2014, seria o principal motivo que explica a participação de Cuba na Cúpula do Panamá. No entanto, não se pode omitir a atuação conjunta regional para se compreender de todo a ida de Raúl Castro. Após a declaração de intenções expressada na reunião da Costa do Sauípe, se solicitou, em 2009, à Assembleia Geral da OEA, realizada em San Pedro Sula, a readmissão de Cuba. Como resultado, obteve-se que tal organismo deixasse sem efeito a Resolução VI da VIII Reunião de Consulta de Ministros de Relações Exteriores, realizada em Punta del Este (Uruguai) entre 22 e 31 de janeiro de 1962, que dispôs a "Exclusão do atual governo de Cuba de sua participação no Sistema Interamericano".

O apoio dos Estados Unidos a esta decisão foi produto de uma complicada negociação, na qual ficou isolado em sua recusa a aceitar a readmissão de Cuba. Sua mudança de posição só foi possível condicionando o reingresso de Cuba à aceitação dos princípios democráticos exigidos pela Carta da OEA para um país ser membro deste organismo. Assim se indicava de forma indiretamente no documento já citado: "a participação de Cuba na OEA será o resultado de um processo de diálogo iniciado a solicitação do governo de Cuba e de conformidade com as práticas, os propósitos e princípios da OEA".

Enquanto os Estados Unidos resistiam e condicionavam a volta de Cuba, o governo da Ilha mostrava

total indiferença, reiterando sua rejeição a este organismo, que, nesses mesmos dias, o ex-presidente Fidel Castro acusava a OEA de ter sido "cúmplice de todos os crimes contra Cuba". A VI Cúpula das Américas em 2012, significou mais um passo. Para o país anfitrião, Colômbia, e para seu Presidente, Juan Manuel Santos, a situação foi extraordinariamente complicada, já que tentou convidar Cuba, sob a oposição dos Estados Unidos e Canadá. Por fim, o Presidente Santos foi a Havana pessoalmente explicar a Raúl Castro que Cuba não seria convidada. A consequência foi que todos os temas a tratar da agenda da Cúpula passaram a um segundo plano, já que Cuba, sem estar presente, apostou todo o protagonismo em tal encontro. E finalmente a maioria dos países latino-americanos condicionou sua participação na VII Cúpula dependendo da presença de Cuba.

Como se disse nesta estratégia, além da pressão no mesmo fórum da OEA, a região integrou de forma plena Cuba à CELAC, até o ponto de ostentar a presidência Pro Tempore, em 2013 para ser a sede da II Cúpula da CELAC. Não menos importante e simbólico foi que Havana tenha se tornado o lugar onde estão ocorrendo as negociações de paz entre a guerrilha e o governo colombiano, desde 2012. Com isso, se outorga a Cuba um grande protagonismo na resolução de um conflito que teve implicações sub-regionais e, além disso, em um país com particulares vínculos com os Estados Unidos.

“Se o Presidente Obama não comparecesse, a vontade de reconciliação americana perderia credibilidade”

Desde então, as coisas mudaram muito, e em boa parte graças à persistência na manutenção ativa de uma posição comum latino-americana. Este trabalho e a aproximação dos dois países em dezembro é o que explica o convite para a VII Cúpula e a confirmação da presença de Raúl Castro. Todos os atores chegaram à mesma conclusão. Sob a ineficácia de uma política baseada no isolamento, como o próprio Presidente Obama reconheceu, o Secretário da OEA José, M^a Insulza, insistiu na conveniência de que Cuba fosse à VII Cúpula para adotar o diálogo como a melhor forma de resolver as diferenças.

Só resta a confirmar a presença do Presidente Obama. Apesar de o Secretário de Estado J. Kerry ter minimizado recentemente sobre esta questão, o certo é neste momento ela tem importância. Não falta razão ao alto representante americano quando defende a necessidade de "estar à frente no eterno debate sobre quem vai, para nos estabilizar nos temas de fundo da cúpula"; no entanto, neste momento, é importante quem vai comparecer, já que nesta Cúpula os atos simbólicos têm uma particular importância. Na realidade, se o Presidente Obama não comparecesse, a vontade de reconciliação americana perderia credibilidade, principalmente porque o Presidente americano foi às duas últimas Cúpulas. Quanto ao mais, na medida em que foi cumprindo seus principais com-

promissos, entre eles apresentar sua proposta ao Congresso e começar a tomar medidas, dentro das margens que lhe proporciona seu poder presidencial para aliviar o embargo, ele pôde defender com solidez sua vontade de impulsionar o processo.

Com sua presença, não só daria credibilidade e impulso ao processo de reconciliação com Cuba, mas lhe reconciliaria com o resto da região, considerando o nível de envolvimento assumido pela região. No entanto, a administração americana parece ser muito consciente disso, não só sobre este envolvimento, mas também em relação à importância e alcance que esta ação conjunta teve. Os Estados Unidos foram conscientes do risco de ficarem isolados na região enquanto persistiam em tentar isolar Cuba, como também o explicitou o próprio Secretário de Estado²⁸. Neste sentido, os Estados Unidos foram os primeiros a reconhecer a força e capacidade de ação que a América Latina pode ter se adotar uma só voz.

O isolamento de Cuba sempre esteve presente na região, inclusive em plena Guerra Fria. Na XV Reunião de Consulta da OEA, de novembro de 1974, em Quito, buscou-se acabar com o bloqueio a Cuba. A votação de 12 a favor, 6 abstenções e 3 contra determinou um pronunciamento em prol da suspensão das sanções anticubanas. Mas, por não conseguir os 2/3 necessários, a questão cubana não teve reso-

28 Miami Herald, "Kerry, Pritzker, Lew: President Obama's new Cuba policy looks forward, not back", por John Kerry, Penny Pritzker e Jacob J. Lew, 12/22/2014, <http://www.miamiherald.com/opinion/op-ed/article4746744.html>.

**“Só mediante a
cooperação e a ação
conjunta os latino-
americanos terão
poder de negociação
e de decisão em nível
internacional”**

lução. Em julho de 1975 e na XVI Reunião de Consulta, foram obtidos 16 votos de um total de 21, e se estabeleceu que cada país resolveria de maneira independente suas relações com Cuba. Os fatos mostram claramente que só mediante a cooperação e a ação conjunta os latino-americanos terão poder de negociação e de decisão em nível internacional. O exemplo mais palpável é o atual, resta esperar que seja suficiente para que se tome consciência disso e então a América Latina possa se transformar em um ator global.

5. CONCLUSÕES

A consideração desta Cúpula exigiu a realização de um exame apurado não só das relações Cuba-Estados Unidos, mas também das relações hemisféricas e latino-americanas, já que, como foi possível comprovar, umas influíram sobre as outras de maneira recíproca.

Hoje a América Latina apresenta uma realidade, objetivos e ambições muito diferentes das que tinha em 1994. Configurou-se como uma região emergente e autônoma, que é capaz de tomar decisões de maneira conjunta, como mostra o apoio ao fim do isolamento de Cuba. Fatores, todos eles, que incidem diretamente nas relações com os Estados Unidos. No entanto, nenhuma de todas estas transformações deve

fazer pensar que a América Latina queira ou possa prescindir de seu poderoso vizinho. Pelo menos não pela maioria dos governos da região. Ainda menos neste momento, quando todos os organismos internacionais estão advertindo sobre um arrefecimento do crescimento econômico²⁹, longe de aumentar o distanciamento, devem aproximar posições e buscar formas de cooperação.

O afastamento e perda de interesse pelos Estados Unidos é evidente, e a diversificação de parceiros pela região, na mesma medida. Este distanciamento pode significar uma perda de oportunidades para todos. Se os Estados Unidos, seguirem ignorando a América Latina, a China pode chegar a ser a potência mais poderosa nessa região. Apesar de haver outros países interessados também em investir, como Rússia e Japão. O comércio da América Latina com os Estados Unidos caiu de 53% do comércio mundial latino-americano em 2000, para 35% em 2013. Simultaneamente, a porcentagem do comércio latino-americano com a China subiu de 1.9% para 12% no mesmo período, segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento. E mais, se a atual tendência persistir, para 2025 o comércio da América Latina com os Estados Unidos terá diminuído para 17% do comércio total latino-americano, enquanto os negócios da região com a China terão alcançado essa mesma porcentagem³⁰.

29 <http://www.infolatam.com/2015/02/19/ocde-caf-y-cepal-insisten-en-ralentizacion-de-ritmo-de-crecimiento-de-latina-en-2015/>

30 Oppenheimer, Andres, Por que África sim e a América Latina não?, <http://www.elnuevoherald.com/opinion-es/opin-col-blogs/andres-oppenheimer-es/article2038246.html>, 8/09/2014.

**“Nesta nova fase,
conviria que a região
tomasse ciência das
possibilidades que lhe
dá adotar projetos
comuns”**

Quanto à América Latina, em uma situação de arrefecimento de crescimento e o início de um novo ciclo sob esta tendência, não deve de perder nenhuma oportunidade de troca comercial ou cooperação. Por isso, além da importância que esta Cúpula pode ter para Estados Unidos e Cuba, também tem peso para o resto da região, cuja oportunidade é a de elaborar uma agenda que, de acordo com a realidade e os problemas atuais, proponha novas formas de cooperação. Neste caso, se a América Latina for capaz de realizar uma ação conjunta, sua capacidade de negociação será maior. No entanto, antes deve ter claro que relações quer ter com os Estados Unidos, tomar iniciativas e realizar propostas concretas.

Nesta nova fase, conviria que a região tomasse ciência das possibilidades que lhe dá adotar projetos comuns. Com persistência, negou-se a validade dos projetos de integração e cooperação nos últimos anos. Até o ponto de chegar a negar seu valor. Não resta dúvida de que há vários desafios pendentes neste âmbito, mas também que todos estes projetos foram forjando uma nova perspectiva e consciência que, sem dúvida, impulsionou a atuação da América Latina como um ator global. A ruptura do isolamento de Cuba deu esta possibilidade. Certamente ocorreu nesta ocasião, mas o fato em si mostra que pode ocorrer mais vezes. E é de se esperar que assim ocorra.

A LLORENTE & CUENCA é a primeira consultoria de Comunicação da Espanha, Portugal e América Latina. Conta com **17 sócios** e **350 profissionais** que prestam serviços de consultoria estratégica a empresas de todos os setores de atividades, com operações voltadas para o mundo que fala **espanhol** e **português**.

Atualmente, possui escritórios próprios na **Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Espanha, México, Panamá, Peru, Portugal** e **República Dominicana**. Além disso, através de empresas afiliadas, oferece seus serviços nos **Estados Unidos, Bolívia, Paraguai, Uruguai** e **Venezuela**.

Seu **desenvolvimento internacional** levou a LLORENTE & CUENCA a ocupar, em 2014, a posição 55.ª do Ranking Global das **empresas de comunicação mais importantes do mundo**, produzido anualmente pela publicação The Holmes Report.

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jallorente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero
Diretor Corporativo de Inovação
jcachinero@llorenteycuenca.com

ESPAÑA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e Diretor Geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Diretor Geral
acorujo@llorenteycuenca.com

Madrid

Joan Navarro
Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Juan Castellero
Diretor Financeiro
jcastillero@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 – planta 3
28001 Madrid (Espanha)
Tel: +34 91 563 77 22

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora-Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona (Espanha)
Tel: +34 93 217 22 17

Lisboa

Madalena Martins
Sócia
mmartins@llorenteycuenca.com

Tiago Vidal
Diretor Geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Carlos Ruiz
Diretor
cruiz@llorenteycuenca.com

Rua do Fetal, 18
2714-504 S. Pedro de Sintra
Tel: + 351 21 923 97 00

AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO da América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

Antonio Lois
Diretor Regional de Recursos Humanos
alois@llorenteycuenca.com

Bogotá

María Esteve
Diretora Geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Germán Jaramillo
Presidente Conselheiro
gjaramillo@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B – of. 501
Bogotá (Colômbia)
Tel: +57 1 7438000

Buenos Aires

Pablo Abiad
Sócio e Diretor Geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad
Presidente Conselheiro para o Cone Sul
emorad@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Ciudad de Buenos Aires (Argentina)
Tel: +54 11 5556 0700

Lima

Luisa García
Sócia e CEO da região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Cayetana Aljovín
Gerente Geral
caljovin@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro - Lima (Peru)
Tel: +51 1 2229491

México

Juan Rivera
Sócio e Diretor Geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Bosque de Radiatas # 22 – PH7
05120 Bosques de las Lomas (México)
Tel: +52 55 52571084

Panamá

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Avda. Samuel Lewis. Edifício Omega, piso 6
Tel: +507 206 5200

Quito

Catherine Buelvas
Diretora Geral
cbuelvas@llorenteycuenca.com

Av. 12 de Octubre 1830 y Cordero.
Edifício World Trade Center, Torre B, piso 11
Distrito Metropolitano de Quito (Equador)
Tel: +593 2 2565820

Río de Janeiro

Yeray Carretero
Diretor
ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 – sala 1801
Rio de Janeiro – RJ (Brasil)
Tel: +55 21 3797 6400

São Paulo

Juan Carlos Gozzer
Diretor Geral
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, CJ 111,
Cerqueira César
CEP 01426-001 São Paulo SP (Brasil)
Tel: +55 11 3060 3390

Santiago de Chile

Claudio Ramírez
Sócio e Gerente Geral
cramirez@llorenteycuenca.com

Avda. Vitacura 2939 Piso 10. Las Condes
Santiago de Chile (Chile)
Tel.: +56 2 24315441

Santo Domingo

Alejandra Pellerano
Diretora Geral
apellerano@llorenteycuenca.com

Avda. Abraham Lincoln
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel: +1 8096161975



A d+i é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

A d+i é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

A d+i é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe d+i LLORENTE & CUENCA.

www.dmasillorenteycuenca.com

d+i LLORENTE & CUENCA